



Roteiros*

2/3. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro

EDITORIAL

O plano das comemorações das descobertas tem sido executado com acidentados de percurso que pouco se ligam à importância do facto, e nada à sua substância. E, todavia, quer às instituições, quer às pessoas envolvidas, não faltam atributos científicos e culturais que não deixariam prever as dificuldades aparecidas. Tudo nos obriga a reflectir sobre as verdadeiras causas, porque o assunto é de importância tão relevante para os interesses nacionais que não deve ser abandonado aos acasos do percurso.

Uma das razões que parece avultar, é que a descolonização exemplar pesa ainda tão duramente na memória de muitos responsáveis, que muito dificilmente conseguem racionalizar e fazer conviver, no espírito e acção, a condenação revolucionária de um passado secular e a justificação de um presente que se enriquece com o legado então repudiado.

Conclui, com muita imaginação teórica, que a colonização foi um mal para esquecer, e que as descobertas são um bem para lembrar, é provocar um processo de contradição na própria gestão do Estado que, quando recorda apenas uma das coisas, não consegue esconder que se lembra da outra.

Passados catorze anos, e tendo o poder político sido realmente assumido por forças que não fizeram a revolução, apenas o capturaram, é tempo de proceder à revolução cultural que, também neste domínio, trate de europeisar as mentalidades.

Este problema não existe na Inglaterra, na França, na Bélgica, na Holanda, e também não existe em Espanha que assimilou os desgostos da geração de 70, a qual assistiu ao fim do seu império. Aqui ao lado, daquilo que se ocupam é da Hispanidade, isto é, de implantarem o respeito internacional por uma fronteira cultural que encontra na Espanha a mátria comum, e na qual procuram envolver muita da área que indiscutivelmente é lusotropical.

ADRIANO MOREIRA

As comemorações das descobertas portuguesas, e não dos descobrimentos gerais, é que está a nosso cargo, pertence ao nosso dever, e é do nosso interesse.

Não cabe nestas metas continuar a fazer das celebrações da implantação do regime uma ocasião, a não perder, de discursos sobre a guerra colonial, para no dia seguinte mobilizar os titulares dos mais altos cargos políticos no sentido de abrilhantarem e festejarem os descobrimentos. Não acontece assim em nenhum dos países da frente marítima europeia que tiveram, reivindicam, e glorificam, o seu passado descobridor e colonizador.

Não deve ocorrer nunca a Mitterrand, Presidente da França, inquietar-se com o que lhe coube ordenar e assumir, como Ministro responsável, para a longa e dolorosíssima guerra na Argélia. Representa e ocupa-se dos interesses permanentes da França, que não considera um país desonrado pela derrota na Indochina.

Os portugueses, numa longa história, tiveram ocasiões várias em que a glória os bafejou, outras em que a derrota os atingiu, mas sempre, e finalmente, um património que faz parte do património comum da humanidade. É da nossa parte que é necessário cuidar sem contradições ideológicas, nem contradições partidárias, sem justificações de carreiras para altos destinos. Porque aquilo que está em causa, quando se comemoram os descobrimentos, não tem conexão com nenhuma dessas coisas acidentais e contingentes, que podem interessar vivamente a transitórios gestores de alguma parte do interesse público.

Tem que ver com um elemento essencial da nacionalidade, como é entendida no ocidente a que pertencemos e ajudámos a construir. É o passado comum do povo, a liga forte que assegura a identidade da nação à qual se pede o empenhamento dos vivos para que o futuro das gerações vindouras também seja construído e vivido em comum. □

REGRESSO AOS VALORES

ANTÓNIO MARQUES BESSA

A sociedade ocidental prossegue um caminho de abundância material que não poucas vezes tem ofuscado o brilho imaterial dos seus valores centrais. Esta velha sociedade, que se desenvolveu com inúmeras dificuldades, por cima de múltiplas experiências concretas, que acumulou descobertas espantosas, tem subjacente a todos os seus elementos uma matriz de ideias que suscitam adesão pública e que o processo de enculturação interioriza e torna íntimas e pessoais. Essas ideias partilhadas, vivas, operativas, íntimas, que fazem parte da personalidade do europeu, são justamente os seus valores: as chaves que ajudaram a abrir as portas da convivência e da sobrevivência da nossa civilização, as chaves das portas da eternidade.

São tais valores que hoje se encontram em dificuldades diversas, atacados por todos os lados. As sociedades ocidentais parecem virar as costas às matrizes que as tornaram carne, tratando de erigir uma estrutura de valores alternativos, sempre dormente em todas as sociedades. Esses valores potenciais, pelo apagamento dos valores actuais, vão-se actualizando, isto é, tornando acto. E as matrizes espiritualizantes, testemunho de um tempo alto e dum esforço cristianizador, desvanecem-se face às primordialidades derivadas das urgências do viver a vida comum. A prática reiterada dá paulatinamente lugar à justificação, e à elaboração de uma valor alternante. E cada uma das traves mestras da estrutura da matriz valorativa é substituída por uma outra, de sinal contrário, que leva inexoravelmente a um conjunto com outra lógica interna e outro alcance.

O Papa, que é um homem desperto, tem assistido com sinais evidentes de preocupação a este desmonorar e, reiteradamente, chama, a uma nova tomada de consciência, os europeus. Lembra-lhes as realizações históricas, aponta-lhes a vicissitudes, enumera-lhes as glórias — e apela a que os actuais europeus não se tornem indignos dos que já partiram para os prados verdes do Paraíso. O Papa, no fundo, tenta revitalizar as velhas matrizes imateriais, erodidas pela preponderância do económico, do gozo físico, do prazer e da abundância. O Papa, testemunho vivo de coisas mais altas, reafirma às velhas sociedades europeias que há traves mais rijas e eternas que as que estão hoje à vista, de índole preponderantemente económica, huma-

nista ou filantrópica: há travejamentos eternos de ordem metafísica; se se quiser, de ordem religiosa.

As sociedades europeias têm os ouvidos tapados. Continuam na senda que escolheram, sem notarem que para viver e lutar são precisas razões. E para morrer torna-se urgente razões ainda maiores.

A crise dos valores europeus é a crise das razões da vida e da morte. E este sinal é um sinal preocupante, spengleriano, uma preciosa e oportuna advertência de que nem tudo vai bem na multiplicidade dos povos que partilham esta cultura em mudança. E o mais preocupante é que as sociedades sem valores metafísicos são sociedades débeis, prontas a vergar às ameaças, o ninho de bandos de raposas prontas a vender os progenitores por vantagens concretas. Por isso, muitos autores pensam que a erosão das velhas matrizes valorativas não é acidental. Teve por objectivo o debelitamento e foi programada.

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral

N.º de Registo 112 874

● Direcção

António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-geral do IDJC)

● Redacção

Sede do Instituto
R. da Madalena, 225 - 3.º Dto.
1100 LISBOA
Telef. 86 01 25

● Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

● Difusão

Pedidos à Redacção

Comp. e Imp. na Minigráfica - Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 — Telef. 36 47 20 — 1200 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87

HOMENAGEM A BARTOLOMEU DIAS

Começa a ser tempo de superar esta contradição, em que temos vivido, de uma parte das vozes que procuram dar forma a um civismo português para o século XXI, condenar a acção portuguesa na gesta das descobertas, conquistas, evangelização, e colonização, e ao mesmo tempo venerar os que nessa acção se foram da morte libertando, para os inscrever num património nacional que nos magoa ver silenciado por historiadores estrangeiros, ou diminuído pelo nevocero espalhado pelos que, para valorizarem a sua intervenção de vizinhos no processo, consideram necessário que se ignore a grandeza alheia.

E, todavia, será difícil encontrar algo de mais simbólico para a história que se anunciava ao Mundo, nesse Dezembro de 1488, quando Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, do que essa figura e fala trovejante do Adamastor, um dos gigantes, filho da terra, que se revoltaram contra Zeus, se acreditarmos em Sidónio Apolinário.

Se utilizarmos, como parece apropriado, o método de António Vieira para a interpretação das profecias, a fala era o anúncio de uma nova explosão na formação do Mundo, que previa o caminho da unidade que hoje vivemos, da interdependência em que todos os povos estão, do dever de solidariedade geral do rebanho humano, sem distinção de latitudes, etnias, crenças e culturas, que ainda não conseguimos e todos desejamos.

A distância entre o projecto então desencadeado e o sonho deste fim de século vive-se dramaticamente na mesma ponta de África com sofrimento dos que teimam em se discriminar, clamando com tragédias que a obra não está finda.

Mas tudo aquilo que hoje exprime os ideais mundializantes da dignidade do homem, da paz na terra, da justiça para todos os povos teve o anúncio naquele desafio, com o cortejo inevitável dos sofrimentos, que São Francisco Xavier recordava e amargurava, ao morrer na ilha de Sanjaão, meio século depois.

Foi primeiro necessário viver, pagar tributo à condição de filhos da terra, acreditar, como proclamava Camões, que finalmente daríamos ao Mundo leis melhores, para manter o ânimo de fazer a caminhada de erros e acertos que nos permitiram construir os ideais que animam hoje os povos da terra, e que se perfilam como a nova esperança concreta do século XXI.

Haverá alguma das tentativas, chamadas no nosso tempo revolucionárias e generosas, que depois vivemos, que não tenha sido acompanhada de um cortejo de sofrimentos, injustiças, erros e calamidades? Disse o modesto e ilustre Einstein que em momentos de crise só a imaginação é mais importante que o conhecimento», mas poucas vezes a imaginação antecipou o preço negativo dos grandes projectos.

Depois de tantos novos velhos do Restelo pregarem que o melhor era a outra coisa, o importante Federico

DISCURSO DE ADRIANO MOREIRA NA A. R.

Mayor Zaragoza descreve-nos assim a situação, tal como se apresenta, depois da nova era mundializante, ecuménica, descolonizadora, e moderna: 570 milhões de pessoas subalimentadas; 800 milhões de analfabetos adultos; 250 milhões de crianças sem escolarização; 1500 milhões de pessoas sem serviços sanitários adequados; 1300 milhões de pessoas com renda inferior a 90 dólares anuais; 1300 milhões de pessoas com residência imprópria; um milhão de meninos mortos anualmente entre os 0 e os 4 anos de idade, 150 000 entre 5 e 9 anos, 66 000 entre 10 e 14 anos; em muitos países a taxa de mortalidade ultrapassa 100/1000 de nados-vivos; as deficiências nutritivas são dramáticas; e sabemos que cinco em cada seis destas mortes de crianças são tecnicamente evitáveis.

Porém, depois do pavor de duas guerras mundiais, não conseguimos implantar a cultura da paz, um projecto que muitas vezes vive escondido ou perseguido como uma contracultura.

Aquilo que não conseguimos evitar, tendo ao nosso dispor a explosão científica e técnica, e a explosão da informação, devia fazer crescer o nosso respeito — não apenas pelos sofrimentos e erros do passado, mas sobretudo por aquilo que de positivo, entre sangue, suor e lágrimas, e uma permanente esperança, pôde ser construído, com a nossa participação activa, para o património comum da Humanidade, e considerar histórico e profético esse dia em que Bartolomeu Dias dobrou o Cabo e desafiou o gigante.

Mas aquilo que julgo de evidenciar, no que tem de exemplar a vida de Bartolomeu Dias, foi que por três vezes partiu na rota da Índia, a caminho do sonho. Na primeira vez, comandante de três caravelas, atingiu as latitudes austrais mais altas, assentando três padrões cujos fragmentos tive a honra de guardar na Sociedade de Geografia de Lisboa; em 1497, acompanhou Vasco da Gama, no comando de uma caravela, até às águas de Cabo Verde, mas não seguiu para a Índia, mandaram-no para a Mina; finalmente, em 1500, incorporado na armada de Pedro Álvares Cabral, morreu no mar justamente nas águas do Cabo da Boa Esperança, sempre a caminho do sonho que nunca alcançou.

Mas foi por isso mesmo que um dia me atrevi a dedicar-lhe um livro modesto, com a nota de que era o exemplo do capitão, porque nunca desistiu e morreu tentando, a caminho daquele ponto Omega que nos atrai hoje e que nos obriga a continuar a luta para que os êxitos possam fazer esquecer as amarguras em que ainda estamos envolvidos, porque finalmente conseguimos dar ao Mundo as leis melhores de que falava o poeta e que parece que aumentavam em esplendor e força, como projecto humanista, no dia em que se perdia no mar, salgado com as lágrimas de tantos portugueses, o firme capitão da esperança ao qual prestamos hoje a homenagem que é mais do que nacional, é da Humanidade. □

O INSTITUTO E O V CENTENÁRIO D

1) Estamos celebrando o V Centenário das Descobertas e neste V Centenário destacam-se 3 datas como as mais importantes desse facto que se desdobra em várias acções e que envolveu a geração dos últimos 15 anos do século XV. 1487-88 passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias e chegada à Baía de S. Brás; 1497-1499 — Viagem de Vasco da Gama chegada a Calecut em 1498 e regresso a Lisboa em Agosto de 1499; 1500-1501 viagem de Pedro Álvares Cabral, descoberta do Brasil em 22 de Abril chegada a Calecut e Cochim e embarque das primeiras especiarias do Oriente que chegam a Lisboa em 9 de Julho de 1501.

Não é objectivo deste apontamento fazer a descrição dessas 3 importantes viagens e o empate e consequências de toda a ordem que tiveram no seu tempo, mas pretende-se fazer uma breve reflexão e muito especialmente lembrar a primeira data 1487-88 a chegada de Bartolomeu Dias a Angra de S. Brás, vencendo as dificuldades que o nosso Poeta Nacional simboliza no terrível Adamastor que surge do fundo negra nuvem anunciando desgraças a quem pretender ultrapassar os seus domínios quando o Gama por ali navega.

2) A figura do Bartolomeu fica um tanto na penumbra da nossa História, pois os dados biográficos a seu respeito são poucos, ignorando-se o lugar e data do seu nascimento.

Simboliza bem o povo português da época, que aderiu ao projecto das Descobertas. Aceita a chefia das 3 naus que lhe são entregues com o objectivo de dobrar o Cabo que seria chamado, por D. João II, o da Boa Esperança e que tinha oferecido tantas dificuldades para ser ultrapassado.

Bartolomeu Dias serviu a causa nacional e como tantos outros, os seus méritos não foram reconhecidos durante a sua vida, mas somente após a sua morte que se daria em 1500 quando, após a descoberta do Brasil, navegava com as outras naus que compunham a armada de Pedro Álvares Cabral e que furiosa tempestade faria naufragar a sua e outras 3, no Atlântico Sul, quando se dirigia para a Calecut e Cochim.

Ironia da vida ou melhor ironia do mar e vingança do «Adamastor» que nele se «vingou» e nos seus companheiros, quando por 2.ª vez quis passar esses mares, cumprindo-se a ameaça por ele feita quando o Gama por ali passou.

«Antes em vossas naus vereis, cada ano,
Se é verdade, o que o meu juízo alcança,
Naufrágios, perdições de toda sorte,
Que o menor mal de todos, seja a morte.

Bartolomeu Dias teve como sepulcro o mar, porque a terra talvez o não mereceu.

Deu exemplo de humildade quando o Gama é escolhido para comandar a armada que chegará à Índia tão desejada; aceita comandar uma das 3 naus e ao chegar a Cabo Verde vai para a Mina em vez de se dirigir para a Índia.

Em 1500, quando Pedro Álvares Cabral é escolhido para comandar a 2.ª armada composta por 13 naus, Bartolomeu Dias e seu irmão Diogo aceitam lugares subalternos e após

a descoberta do Brasil, quando rumavam para a Índia, encontram a morte no Atlântico Sul em furiosa tempestade ao sul do Cabo da Boa Esperança.

3) A Assembleia da República quis prestar homenagem a Bartolomeu Dias e seus companheiros de armada, no dia 4 de Fevereiro p.p.

A sessão Solene Comemorativa dos Descobrimentos foi presidida pelo Presidente da República e nela discursaram representantes dos Partidos políticos que têm assento no Parlamento, encerrando a sessão o Presidente da República.

Pela Intervenção Democrática discursou o Deputado Raul Fernandes de Moraes e Castro, pelo Partido Ecológico, «Verdes», D. Maria Amélia do Carmo Mota Santos, pelo Centro Democrático Social o Prof Adriano Moreira, pelo Partido Renovador Democrático Dra. Natália de Oliveira Correia, pelo Partido Comunista Português Dr. José Manuel Mendes, pelo Partido Socialista Dr. Jorge Sampaio e pelo Partido Social Democrático Dr. Fernando Conceição.

Pode-se afirmar que a tónica geral dos discursos ali pronunciados foi «lembrar e honrar os nossos antepassados para com o seu exemplo poder construir o futuro da Comunidade Nacional».

O Prof. Adriano Moreira concluía o seu discurso com estas palavras: «porque finalmente conseguimos dar ao Mundo as leis melhores de que falava o poeta e que parece que aumentavam em esplendor e força, como projecto humanista, no dia em que se perdia no mar salgado, com lágrimas de tantos portugueses, o firme capitão da esperança, ao qual prestamos hoje homenagem, que é mais do que nacional, é da Humanidade.»

4) O Instituto D. João de Castro deseja unir-se nesta data comemorativa do V Centenário das Descobertas a todos os Portugueses que se orgulham de o ser, que acreditam nos valores da cultura que nos identificam e nos diferenciam dos outros povos europeus e que apesar da crise profunda que invade largos sectores da vida nacional, também esperam que a crise será ultrapassada como outras crises que a nação viveu e venceu.

A Direcção do Instituto aprovou na sua última reunião um projecto de realizações dum conjunto de *Colóquios sobre os Descobrimentos* a realizar nos próximos 4 anos, percorrendo as capitais das Regiões Autónomas, dos Distritos e outros centros urbanos.

Pretende-se com esse ciclo de colóquios:

a) Lembrar a época dos Descobrimentos e honrar as figuras que mais se destacaram nessa epopeia e o povo anónimo, que colaborou na criação dum ambiente favorável à realização da empresa;

b) Repensar à luz das mensagens contidas nos «Lusíadas» e «Mensagem», o que «falta» para «cumprir-se Portugal».

5) Para a realização deste projecto torna-se necessário mobilizar uma série de personalidades ligadas a estes

DESCOBRIMENTOS

P. Doutor JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR



problemas e que estejam dispostas a colaborar com a Direcção do Instituto, sacrificando alguns fins de semana para sair de Lisboa e deslocar-se a essas cidades de «provincia».

A Direcção do Instituto espera ainda, que não lhe faltarão os meios financeiros para a realização do projecto recorrendo à Secretaria de Estado da Cultura, Comissão Nacional dos Descobrimientos e a outros organismos sensíveis ao estudo destes problemas nacionais.

6) Torna-se ainda conveniente esclarecer que a organização, deste e outros Colóquios no interior do país, obedece a uma das dinâmicas do nosso Instituto: descentralizar a cultura, realizando actividades culturais, no interior e inserindo na dinâmica do Instituto autênticos valores que se encontram dispersos e que podem e devem ser aproveitados.

Dentro desta orientação, o Presidente da Direcção do Instituto D. João de Castro deslocou-se a Viseu no dia 1 de Junho e manteve contactos com os Vereadores da Educação e Juventude e da Cultura, com o Dr. Alberto Correia Director do Museu Gão Vasco e Mons D. Celso Tavares Director da Secção de Viseu da U.C.P. resultando a marcação dum Colóquio sobre os Descobrimientos para o dia 15 de Outubro com o apoio da C. Municipal e a participação do Dr. Alberto Correia e Mons Celso Tavares.

Será pois em Viseu, que realizaremos o 2.º Colóquio sobre os Descobrimientos sendo o 1.º do Ano Cultural 88/89 e dentro da orientação tomada na última reunião da Direcção.

Estão-se a dar os passos convenientes para a seguir e em fins de Novembro se realizar o 3.º Colóquio sobre os Descobrimientos em Évora e depois na Guarda e Castelo Branco.

No próximo número de *Roteiros* certamente daremos mais pormenores sobre este projecto dos Colóquios sobre os Descobrimientos.

MOVIMENTO DE SÓCIOS

SÓCIOS FUNDADORES

Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira
Pe. Dr. António Alves de Campos
Dr. António Maria Machado Pinheiro Torres
Dr. António Marques Bessa
Dr. Ernesto Manuel Correia de Moura Coutinho
Dr. Jaime Alexandre Nogueira Pinto
Pe. Dr. Joaquim António de Aguiar
Dr. João Maria Abrunhosa e Sousa
João Maria Pulido de Almeida
Dr. José Adelino Eufrásio de Campos Maltez
Dr. Manuel Monteiro
D. Maria Leonor Maia Correia Henriques de Avilez
D. Margarida Lima Mayer
Dr.ª Regina Marchueta

SÓCIOS EFECTIVOS

Dr. Alexandre José Cardoso Morgado Duarte
Dr. António Afonso Ferreira
António Mendes
Dr. Arnaldo Alberto Pereira dos Santos
Armando Manuel dos Reis Cruz
Dr. Afonso José Matoso Sousa Botelho
Dr. António Adérito Domingues
Prof. Dr. Carlos Alberto da Silva Nogueira
Dr. Hélio Ureña Prieto
Dr. José Manuel Monteiro Correia
Dr. José Maria Andrade Pereira
Prof. José Maria Sá Moraes
Prof. Dr. João Baptista Nunes Pereira Neto
Dr.ª Maria Adelaide Gregório dos Santos da Fonseca Pires
D. Maria José Tenscher de Vasconcellos Gonçalves da Cunha
Dr.ª Maria Helena Correia Samouco
Dr.ª Maria Isabel Correia Samouco
Manuel Luís Lopes Batalha
D. Maria Margarida Pulido de Almeida
Dr.ª Maria Del Pilar Sotto Mayor Castro Fernandes
Dr.ª Maria Victória Abadia Sanchez Morgado Duarte
Dr. Manuel Eugénio Faria
Mário Ramirez Gonçalves Farinha
Dr. Máximo José Alves
General Pedro Alexandre Gomes Cardoso
Coronel Raúl da Glória Dias
Urias Nobre Marques

O Instituto, apesar de não ter a sua sede ainda a funcionar, tem desenvolvido a sua vida cultural realizando no 1.º ano de vida de Julho de 1986 a Julho de 1987 4 Colóquios tendo movimentado umas 600 pessoas, tendo muitas delas participado activamente nos debates que se seguiram após às Comunicações feitas pelos Conferencistas. Os 4 Colóquios foram encerrados pelo Prof. Dr. Adriano Moreira. Desses 4 Colóquios deu-se notícia resumida no N.º 1 de Roteiros.

1 — LISBOA — O novo ano cultural abriu com a realização do Forum que teve lugar no Forum Picoas sobre o Pensamento Político Cristão no Século XX.

Tendo em conta o tema escolhido, as pessoas convidadas para apresentarem as Comunicações, o número de participante, umas 150 e ainda, o local onde foi realizado, podemos afirmar que foi sem dúvida uma acção de alto nível cultural. Por primeira vez tivemos a colaboração de duas personalidades estrangeiras: o Director da revista *Punto y Como* de Madrid Juan Isidro Palacios e o Doutor Cornelli professor de jornalismo da Universidade de Milão.

Apresentaram Comunicações os Prof. Doutores:

José de Freitas Ferreira da Universidade Católica Portuguesa e João Pereira Neto do I.S.C.S.P.,

Os Drs — Mário Bigote Chorão e Manuel Macário Clemente da Universidade Católica Portuguesa, Henrique Barrilaro Rua, e Miguel Júdice, o Eng.º António Guterres, Josué Pinharanda Gomes e Manuel Monteiro Presidente da J. C.

O Forum teve lugar nos dias 11 e 12 de Outubro, encerrando no dia 12 pelas 13 horas.

Os meios de Comunicação Social fizeram uma boa cobertura inclusive a R.T.P.

2 — BRAGANÇA — 16-17 de Janeiro de 1988.

O 2.º Colóquio deste ano cultural foi realizado em Bragança no Centro Cultural da cidade nos dias 16 e 17 de Janeiro.

O Governador Civil de Bragança Dr. Júlio de Carvalho, a C. Municipal de Bragança através do seu Presidente Eng. José Luís Gomes Pinheiro, o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José Luís Pereira Seixas e ainda a Comissão Política Distrital do C.D.S. deram um apoio a este Colóquio, sem o qual a Direcção do Instituto dificilmente o poderia ter realizado.

«A Constituição-Prática e Revisão Constitucional», foi o tema abordado.

Mais de 136 participantes encheram o magnífico anfiteatro do Centro Cultural não faltando o Senhor Bispo da Diocese D. António Rafael.

Abriu o Colóquio o Presidente da Direcção do Instituto Pe. Dr. Joaquim António de Aguiar focando a necessidade do tema de estudo deste Colóquio ser abordado em sessões de estudo por essas cidades e vilas foras, pois trata-

-se de saber, porque «Lei querem os portugueses ser governados» e se a actual «Lei fundamental» da nação é aquela que se ajusta ao modo de ser e de estar dos portugueses.

No pensar do Presidente da Direcção do Instituto D. João de Castro, torna-se urgente repensar a actual Constituição e actualizá-la, pois o actual contexto que vive o povo português, de modo algum é o de 1975, fazendo actuar os mecanismos apropriados.

No Sábado foram apresentadas as seguintes Comunicações:

«O projecto do C.D.S. para a revisão da Constituição». Pelo Dr. José Maria Andrade Pereira;

«Os limites Materiais da Revisão Constitucional». Pelo Dr. António Almeida Santos;

«Estado e Igreja». Pelo Con. Dr. Eduardo de Melo Peixoto;

«Regionalização e Autonomia». Pelo Dr. José Luís Pereira Seixas;

«Poder Local e Desenvolvimento». Pelo Eng. José Luís Gomes Pinheiro.

No Domingo da parte da manhã foram ainda feitas as seguintes Comunicações:

«Direitos fundamentais do Cidadão». Pelo Dr. Prof. José Carlos Vieira de Andrade, da Universidade de Coimbra;

«Estado e Família». Pelo Dr. António Maria Pinheiro Torres, Secretário Geral do Instituto D. J. de Castro; e por fim o Dr. Coriolano Ferreira apresentou um estudo sobre: «Estado, Segurança Social e Saúde».

O encerramento foi feito pelo Professor Adriano Moreira.

A Direcção do Instituto julga que, com a realização deste Colóquio, contribuiu para uma reflexão profunda e oportuna, sobre um tema, que deve fazer pensar todos os portugueses neste momento de mudança em relação à lei fundamental, que deve ser garantia dos direitos e reflectir os valores que a maioria dos portugueses aceita e que servem de base ao seu modo de estar nesta faixa duma Europa-Atlântica, que tem um modo de ser diferente dos outros povos europeus, seus irmãos.

3 — CASCAIS 30 de ABRIL.

O 3.º Colóquio, que seria o último deste ano cultural, foi realizado em Cascais na Câmara Municipal no dia 30 de Abril, tendo como tema — «Os Descobrimentos».

Este Colóquio veio a realizar-se no actual contexto que nós os portugueses vivemos ao celebrarmos o V Centenário da ultrapassagem do Cabo dos «Tormentas» para o da «Boa Esperança» e por sua vez ainda, no contexto da passagem destes 4 anos de 1988 e 1992 da nossa integração numa Europa alargada aos 12 países.

A Direcção do Instituto D. João de Castro não deseja entrar em polémicas relativas ao modo de celebrarmos este V Centenário, mas entende que existem muitos e varia-

DADES

dos modos de estarmos, presente neste V Centenário e entre esses vários modos escolhemos também este, o de «honrar quantos contribuíram para esse feito, desde os valorosos capitães aos anónimos pioneiros e desde os Missionários — homens de espírito, aos homens de negócios — os nossos comerciantes». Todos eles merecem a nossa lembrança e o nosso testemunho de portugueses.

Esta nossa acção cultural teve o apoio da Câmara Municipal de Cascais, que além de nos dar todo o apoio logístico, brindou aos participantes com o almoço no restaurante Alaúde.

No encerramento tivemos a honrosa presença da Senhora Secretária de Estado da Cultura, Dr.^a D. Teresa Patrício Gouveia.

O Programa foi denso, iniciado às 9,30 horas e encerrado às 19,30 h.

Abriu o Colóquio o Presidente da Direcção do Instituto Pe. Dr. Joaquim António de Aguiar focando o tema — «Olhar o passado para construir o futuro». A História não pode ser reduzida a uma enumeração de factos — mas também nos leva a essa reflexão sobre o seu sujeito — o homem, e esse homem considerado no contexto sócio-político, cultural e económico. O português de hoje deve olhar para o futuro e por isso deve conhecer o passado a que está ligado por um conjunto de laços que o tempo não cindiu.

No painel da parte da manhã foram apresentadas 3 comunicações.

«As raízes sócio-culturais de Portugal das descobertas» pelo Dr. Afonso Botelho, Director do Teatro Nacional D. Maria II.

«As ilhas Atlânticas na rota dos Descobrimentos» pelo Dr. João Paulo de Oliveira Costa — Bolseiro do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e «um Novo Espaço criado pelas descobertas no Século XVI» pelo Embaixador Dr. Francisco Paulo Mendes da Luz.

Seguiu-se um pequeno intervalo para tomar café e abriu-se o diálogo aos 125 participantes que enchiam o salão da C. Municipal.

No 2.º Painel foram apresentadas outras 3 Comunicações.

«Reflexos da viagem de Bartolomeu Dias na Cartografia Europeia» pelo Dr. Inácio Guerreiro, Sub-Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

«Os Descobrimentos e o nosso futuro como Comunidade de Cultura» pelo Comandante Virgílio de Carvalho Assessor do Instituto de defesa Nacional e Professor do I.S.C.S.P. e «três exemplos de Serviços Nacionais: Construir Homens, Erguer casas e Trocar conhecimentos» pelo Doutor Prof. Almerindo Lessa.

Seguiu-se o diálogo dos participantes.

As 18,30 com a presença da Senhora Secretária de Estado da Cultura procedeu-se a sessão de encerramento em que se deu a palavra ao Prof. Doutor Agostinho da Silva que deliciou a Assembleia com um belo «discurso» sobre os «Descobrimentos» e os «Descobridores».

Por último, o Presidente do Instituto encerrou o Colóquio agradecendo à Senhora Secretária de Estado a sua presença e à Câmara Municipal na pessoa do seu Presidente Eng. George D'Argent o apoio dado e a todos os participantes o interesse manifestado em relação aos problemas abordados neste Colóquio.



REGIONALIZAÇÃO E PODER LOCAL

ANTÓNIO MARIA M. PINHEIRO TORRES

I

No Forum que o INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO levou a efeito em Bragança, onde se reflectiu sobre a revisão da Lei Fundamental, um dos temas mais amplamente discutidos foi o da Regionalização: e não sem motivo.

Porque à sua volta tecem-se considerações que merecem ser devidamente ponderadas.

Uns, atendem ao facto de um reforço do Poder Local constituir um perigo para a unidade nacional.

Outros, entendem que a Regionalização pressupõe a criação de grandes espaços ou regiões administrativas, mini-estados como já lhe chamam, que o nosso território não comporta, que tal vai contribuir para uma máquina burocrática e dispendiosa, e o que é mais sério destruir a essência do municipalismo.

De facto o art. 257.º da Constituição da República Portuguesa refere as áreas das «Regiões Administrativas» e depois, para além da participação na elaboração e execução do plano regional, confere às regiões, designadamente, tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios, sem limitação dos respectivos poderes, bem como a direcção dos serviços públicos, parecendo claro que quem coordena já detem poderes, em detrimento, neste caso dos municípios.

Alguns, partindo do princípio de que o Estado Português é por sua essência centralizador e intervencionista, achando-se o poder concentrado em Lisboa numa minoria que governa o resto do País, vêem neste processo a única via para transferir poderes e competências dos numerosos servidores do Estado concentrados na capital, para os do poder local ou regional, porque só estes vivem e conhecem os seus problemas e a via para os resolver.

Tal política contribuirá para o reforço do Estado Português e do interesse nacional, acrescentam.

II

Também é verdade que não há um conceito unânime de Regionalização.

No «LIVRO BRANCO SOBRE A REGIONALIZAÇÃO» da Secretaria de Estado da Administração Regional e Local, vê-se: a regionalização como um «conjunto de medidas de carácter institucional que, integradas num processo evolutivo ao longo do tempo, conduzem à criação de instituições regionais e ao reforço da sua capacidade de decisão autónoma».

Assim, a Regionalização implicaria o recurso a processos de *desconcentração* e de *descentralização* de funções administrativas.

Por desconcentração designa-se o processo pelo qual a lei transfere poderes de decisão, até aí pertencentes a um órgão da Administração Central, para outros órgãos dele hierarquicamente dependentes, quer do âmbito nacional quer de carácter local. Na desconcentração efectuada a favor de órgãos locais do Estado, a capacidade de decisão destes fica condicionada pelos critérios dos órgãos centrais.

A autoridade e a responsabilidade pelo exercício das funções em questão, permanecem no órgão central.

Trata-se de um processo puramente administrativo de descongestionamento da Administração do Estado, que pode aumentar o exercício da responsabilidade a nível regional, mas não dá lugar à criação de verdadeiras instituições regionais autónomas.

Por descentralização entende-se o processo pelo qual a lei transfere poderes de decisão até aí pertencentes a órgãos do Estado para os órgãos próprios de entidades independentes do Estado, designadamente, autarquias locais.

A descentralização assenta no princípio de que os órgãos autárquicos descentralizados representam as populações locais que os elegeram e não dependam do Governo ou de qualquer outro órgão da Administração, que poderão quando muito fiscalizar e garantir o cumprimento da lei.

Trata-se assim de um processo de natureza não apenas administrativa, mas também política, na medida em que dá lugar à criação ou ao recurso de instituições autónomas, com uma individualidade e competências próprias a invocar frente ao Estado.

O citado documento afirma ainda: «Pode lançar-se um processo de descentralização sem passar por uma fase prévia de desconcentração regional. Mas pode sustentar-se que a descentralização regional só tem a ganhar com uma etapa preliminar de desconcentração regional».

No fundo, a descentralização traduz-se, a nível local ou regional e no plano da função administrativa, num sistema de auto-governo ou, se se preferir, no sistema de auto-administração. Isto pressupõe a criação de regiões mais vastas que as de menor dimensão como os municípios ou seus agrupamentos — e por isso se fala na criação de regiões administrativas.

III

Face ao exposto, cabe aos órgãos competentes definir qual o tipo de regionalização a seguir. Na certeza, porém, de que a optar-se por uma descentralização, esta envolveria a máxima prudência na definição dos poderes políticos que viriam a caber aos referidos espaços regionais, de modo a não afectar o poder do Estado Português.

Por outro lado, deve atender-se às assimetrias regionais ou seja: às consideráveis diferenças do ponto de vista económico, social, cultural, das diversas zonas do nosso País.

Pelo que se optássemos por uma desconcentração, tal poderia conduzir a um reforço do municipalismo, sem correremos o risco de fazer perigar a unidade Nacional.

Em prol do interesse geral, há que dar força ao Poder Local, mas dentro dos grandes quadros políticos da solidariedade nacional e do bem comum. Por isso é que, em vez de deixar tais problemas caírem na discussão fácil, no facciosismo e na demagogia, há todo o interesse em meditar no seu alcance e nos interesses reais que cobrem. E é isso que o Instituto quis fazer.